

THINK TANKS IDEOLÓGICOS E A FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA: Reflexões sobre grupos conservadores, suas redes e os estudos de comunicação

IDEOLOGICAL THINK TANKS AND THE FORMATION OF PUBLIC OPINION: Reflections about conservative groups, their networks, and the Communication Studies

Daniel Reis Silva ¹

Resumo: O artigo aborda os think tanks ideológicos conservadores, entendidos enquanto grupos supostamente independentes que atuam na promoção de determinadas perspectivas na esfera pública. Apesar da atuação desses grupos ser orientada especialmente para influenciar a opinião pública a partir dos media, tais entidades pouco figuram em estudos comunicacionais. Visando superar essa lacuna, o artigo empreende uma revisão de literatura sobre os think tanks, identificando o surgimento de sua modalidade ideológica conservadora e suas peculiaridades. Em seguida, empreende a exploração de dois documentos históricos que auxiliaram na consolidação desse fenômeno, revelando algumas características de tais grupos, em especial a ocultação de interesses privados e a constituição de redes formadas por grupos de institucionalidades diversas. Por fim, aponta para possibilidades de análise dessas redes e para alguns de seus vestígios no Brasil.

Palavras-Chave: Think tanks ideológicos. Opinião Pública. Media.

Abstract: The article reflects on conservative and ideological think tanks, understood as apparently independent groups that defend particular perspectives in the public sphere. Although the actions of these groups are primarily oriented to influence public opinion and the media, these entities are absent in the communication studies. Aiming to overcome this gap, the article undertakes a literature review on think tanks, identifying the emergence of its conservative ideological modality and its peculiarities. Then, it explores two historical documents that helped to consolidate this phenomenon, revealing some of the central characteristics of such groups: the occultation of the private interests and the formation of networks formed by groups of different institutional designs. Finally, it points out possibilities for future analyzes about these networks and notices some of their traces in Brazil.

Keywords: Ideological think tanks. Public opinion. Media.

¹ Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Comunicação Social pela UFMG. E-mail: daniel.rs@hotmail.com.br.

1. Introdução

Os *think tanks* se configuram como elementos pouco explorados dos sistemas políticos contemporâneos. Apesar de sua crescente penetração e atuação nas mais variadas democracias ao redor do globo, eles passaram a figurar nas agendas de pesquisas da administração pública apenas a partir da década de 1990, e são abordados, ainda hoje, de forma esparsa e desligada das principais correntes de discussões acadêmicas acerca da política, da sociedade e da opinião pública (SMITH, 1991; DENHAM; GARNETT, 1998; RICH, 2004; MEDVETZ, 2008). No que tange ao campo da comunicação, Anstead e Chadwick (2018) observam que são limitadas as tentativas de explorar as interseções entre *think tanks* e os *media* tradicionais e digitais, identificando nesse ponto uma lacuna importante que compromete a compreensão acerca da esfera pública contemporânea.

Apesar da atenção dispensada a esses atores sociais por parte de estudiosos ser recente, a atuação dos *think tanks* pode ser rastreada até os primeiros anos do século XX, com uma grande expansão numérica desses institutos ocorrendo a partir de 1970 nos Estados Unidos e na Europa, e de 1990 em diversas outras regiões, incluindo o Brasil. Durante esse processo de proliferação, o comportamento desses grupos passou por alterações sensíveis que tornaram mais fácil observá-los como atores próximos ao centro da arena política.

A principal modificação ocorrida no universo dos *think tanks* diz respeito ao surgimento de uma modalidade amplamente reconhecida na literatura da área como *ideológica*. Trata-se de uma categoria que abarca numerosos e variados grupos, como a *Heritage Foundation*, o *Cato Institute* e o *Institute for Economic Affairs*, que assumem um perfil público bastante distinto dos *think tanks* clássicos, atuando principalmente na promoção e defesa de posicionamento políticos junto aos *media* – agindo, sob o manto da independência institucional e de uma suposta neutralidade, como verdadeiros braços de relações públicas de corporações e grupos de interesses (MAYER, 2016; SILVA, 2017). São os representantes desses *think tanks ideológicos*, em geral, que figuram em telejornais e nas páginas da imprensa enquanto especialistas capacitados a emitir uma opinião isenta, defendendo posições que acabam por moldar debates atuais fundamentais, influenciando desde discussões sobre a privatização da educação e as políticas de austeridade (ANSTEAD; CHADWICK, 2018) até debates sobre a não existência do aquecimento global antropogênico (SILVA, 2017).

O presente artigo tem como objetivo tecer reflexões ao redor de quatro questionamentos básicos sobre o tema, entendendo a) por quais razões tal fenômeno não é objeto de estudos sistemáticos no campo da comunicação social; b) por quais motivos os *think tanks* ideológicos devem ser investigados, especialmente nas áreas de comunicação política, relações públicas e estudos de jornalismo; c) quais são as características gerais da atuação desses grupos no mundo contemporâneo; e d) quais os entraves iniciais que devem ser reconhecidos e superados por investigações acerca dessas organizações. A opção por centrar esforços nesses pontos significa reconhecer que este é um esforço introdutório, que não almeja encontrar respostas definitivas acerca da interação desses grupos com os *media* ou sobre a construção discursiva e argumentativa desses atores, mas sim construir bases sólidas para abordagens futuras que sejam capazes de superar a lacuna entre o estudo dos *think tanks* ideológicos e o campo de comunicação.

Para refletir acerca desses pontos, o artigo é orientado ao redor de dois movimentos metodológicos. O primeiro consiste em uma revisão de literatura acerca dos *think tanks*, buscando compreender a origem desses grupos e, especialmente, o tensionamento decorrente do surgimento de suas modalidades ideológicas, encontrando subsídios que ajudem a posicionar o tema dentro dos estudos comunicacionais. O segundo movimento, por sua vez, lida com a exploração de dois documentos estratégicos históricos que marcaram a proliferação de *think tanks* ideológicos: o *Memorando Powell*, de 1971, e o texto *The Structure of Social Change*, de 1980. A partir dessas obras, busca-se entender os aspectos gerais da estratégia que motiva esses grupos.

Tal percurso metodológico permite a observação de características que devem ser levadas em consideração em estudos sobre esse fenômeno, como a tentativa de ocultar os interesses privados e a organização dos *think tanks* ideológicos conservadores em redes compostas por grupos com institucionalidades diversas. A configuração em rede, assim, emerge como principal achado dessa reflexão, sendo importante destacar como essa característica tanto amplia os entraves para o tratamento do tema quanto abre possibilidades investigativas diversas. Por fim, observa-se alguns dos traços da atuação dessas redes no Brasil, por meio de grupos como o Movimento Brasil Livre e o Instituto Millenium.

2. Dos think tanks aos thinks tanks ideológicos: histórico e conceituação

O primeiro ponto que se torna evidente em qualquer estudo sobre os *think tanks* está relacionado com a problemática da definição. Tal aspecto é observado por diversos autores, que notam a permanência de incertezas sobre a caracterização desses agrupamentos (SMITH, 1991; DENHAM; GARNETT, 1998). Sua nomenclatura, por exemplo, é pouco elucidativa, fazendo referência a um jargão militar adotado após a Segunda Guerra Mundial para descrever ambientes seguros em que planos estratégicos eram formulados, com o exemplo pioneiro sendo a *RAND Corporation* (SMITH, 1991). A ideia de *think tanks*, porém, foi consideravelmente ampliada desde essa época, sendo utilizada hoje para descrever uma grande variedade de iniciativas. O mais próximo de uma definição consensual entre os diversos autores é a proposta de Andrew Rich, assumida, inclusive, pelos próprios grupos que ela visa definir (SILVA, 2017). Para o autor, “*think tanks* são organizações políticas independentes, não pautadas por interesses privados e sem fins lucrativos que produzem e se amparam em conhecimentos especializados e ideias para obter apoio e influenciar o processo de elaboração de políticas públicas” (2004, p. 11, tradução nossa). Tal definição, porém, apresenta profundas limitações frente ao cenário contemporâneo, e para entendê-las é preciso, antes de prosseguirmos, explorar o surgimento desses grupos.

Apesar da alcunha *think tank* ser identificada a partir da metade do século XX, Smith (1991) aponta que a origem dessas organizações remete a um período histórico anterior: a Era Progressiva dos Estados Unidos, período no qual ganha força a busca por uma ciência social que, amparada em conhecimentos técnicos e racionais, fosse capaz de embasar a tomada de decisões políticas. O governo, de acordo com essa perspectiva, deveria deixar de lado motivações puramente partidárias para abraçar um saber especializado que atuaria como guia para a formulação de políticas públicas, aumentando, assim, sua eficiência e promovendo uma administração técnica. Eram esses ideais que perpassavam iniciativas como a *Russell Sage Foundation*, a *Rockefeller Foundation* e o *Brookings Institute*, alguns dos mais importantes *think tanks* da primeira metade do século XX nos Estados Unidos.

Em comum, esses grupos afirmavam que sua atuação era livres de amarras ideológicas. O horizonte a ser perseguido, de acordo com suas missões, era uma suposta objetividade dos fatos científicos, sendo que apenas esses seriam capazes de ajudar o Estado a minimizar os conflitos entre interesses privados (RICH, 2004; MAYER, 2016). Esses institutos eram financiados principalmente por capitalistas do país – contando com o apoio de grandes filantropos da sociedade estadunidense, como John Rockefeller. Diferentemente de

muitas das intervenções desses mesmos benfeitores, esses grupos não atuavam no sentido de buscar uma visibilidade ampliada ou mesmo promover o nome daqueles que financiavam seus esforços, evitando os holofotes públicos e assumindo propositalmente um perfil discreto (RICH, 2004).

Essas iniciativas buscavam, assim, prover informação qualificada para oficiais eleitos, coletando e sistematizando dados sobre as várias facetas do governo, como o orçamento público, o crescimento urbano e a criminalidade (RICH, 2004). Para isso, usavam seus recursos financeiros para recrutar pesquisadores respeitados, oferecendo liberdade em um ambiente que Weaver (1989) descreve como “universidade sem alunos”. Esses estudiosos, que trabalhavam com orçamentos generosos, tinham como diretriz central a produção de conhecimentos aplicáveis para a formulação de políticas públicas.

Como podemos observar, a definição proposta por Rich (2004) e amplamente aceita atualmente apresenta uma profunda ligação com o ideal por detrás dessas fundações clássicas, por sua vez fortemente pautadas na realidade estadunidense de determinado período histórico. Para o autor, toda a noção de *think tank* encontra-se atrelada em um raciocínio sobre a construção da credibilidade a partir de dois movimentos. O primeiro diz respeito aos especialistas recrutados para fazerem parte dos esforços de pesquisa, bem como do reconhecimento social e acadêmico acerca da qualidade do conhecimento produzido pelos estudos dessas fundações. Quanto mais idôneos e prestigiados forem os pesquisadores, maiores as chances daqueles grupos desenvolverem a reputação de centros importantes de saber.

O segundo caminho é o da independência. Nesse aspecto, “a seriedade com que a pesquisa de um *think tank* será encarada depende do quanto ele é independente de interesses financeiros específicos” (RICH, 2004, p. 12, tradução nossa). O que entra em jogo, assim, é uma lógica elementar: um ator aparentemente desinteressado aumenta seu potencial de exercer influência no processo de formação da opinião. Essas fundações e institutos precisam, para tanto, de uma estrutura capaz de garantir sua independência.

As principais limitações da definição de Rich para os *think tanks* surgem justamente do não reconhecimento, por parte do autor, de dois aspectos centrais dessa criação de credibilidade: em primeiro lugar, a credibilidade não se atrela com a independência ou méritos de um grupo, mas sim com a sua *imagem* enquanto instituição isenta e especialista (ou seja, o reconhecimento dessas características por parte dos sujeitos); em segundo lugar, a

credibilidade na sociedade moderna pode ser conquistada de diversas outras formas, incluindo por meio da visibilidade mediática. O aspecto que mais nos interessa no momento, porém, é perceber a forma com que a consolidação da ideia de *think tank* nos moldes propostos por Rich faz com que o próprio reconhecimento enquanto um desses grupos passe a ser um sinal de credibilidade, apontando tanto para a especialização e a qualidade do conhecimento produzido quanto para a noção de independência. Ser *visto* como um *think tank* se torna, assim, um recurso para a construção de credibilidade, algo que está na essência da expansão do número desses grupos a partir da década de 1970, impulsionada principalmente por meio de esforços de indivíduos e corporações dotados de ideais de uma direita libertária².

Todos os trabalhos de referência acerca do tema observam a brusca transformação no cenário dos *think tanks* nos últimos 40 anos. Apesar dos números serem incertos graças à própria dificuldade de definição, Rich (2004) aponta que, em 1970, menos de 60 *think tanks* existiam nos Estados Unidos, número que cresceu para 1.835 em 2015 (MCGAWN, 2016). O principal motivo que explica essa ampliação é a apropriação da ideia de *think tanks* por parte de um movimento libertário e conservador, sintetizada por Smith (1991) como uma ampliação notável no engajamento político de elites econômicas. Segundo o autor, essas novas fundações buscavam construir uma infraestrutura intelectual capaz de sustentar debates acerca de ideias que possuíam pouca aceitação naquele momento.

Esse pensamento de Smith (1991) sobre o surgimento dos *think tanks* libertários e conservadores (TTLC) ecoa em diversos outros trabalhos (RICH, 2011; MAYER, 2016), sendo fundamental explorar as circunstâncias que levaram ao surgimento desses grupos ideológicos. Como Mayer (2016) aponta, o principal fator por detrás da criação dos TTLC foi a compreensão de uma elite econômica sobre a existência de uma “guerra de ideias” na sociedade ocidental. Apesar dos Estados Unidos figurarem como o principal palco desses grupos, a noção dos TTLC surge no Reino Unido. A primeira figura a propor essa visão foi o

² Mayer (2016) aponta que o crescimento de uma direita radical conservadora nos Estados Unidos está atrelado com a propagação de uma perspectiva descrita como um libertarismo de direita, focada em aspectos econômicos defendidos pela Escola Austríaca de Economia. Essa linha, pautada em autores como Friedrich Hayek e Ludwig Mises, defende políticas de livre mercado e a não-intervenção estatal na economia, e tem sido apropriada por correntes conservadoras ao redor do mundo. Refiro, ciente das limitações e controvérsias ao redor do tema, aos indivíduos que seguem essa linha de pensamento como libertários, alcunha que os mesmos utilizam, seja nos Estados Unidos, onde o Partido Libertário e a ala libertária do Partido Republicano são bastante consolidados, ou no Brasil, em que *think tanks* como o Instituto Mises ou o Instituto Liberal usam comumente a expressão.

austríaco Frederick Hayek, um dos pais do pensamento econômico libertário. Curtis (2011) reconta como Hayek foi abordado, em 1947, por Antony Fisher, um pecuarista britânico que havia ficado impressionado com o pensamento sobre como o planejamento econômico estatal levaria ao desastre. A dúvida de Fisher era se ele deveria entrar para a política na tentativa de alterar a situação, mas Hayek aconselhou que isso seria inútil: em sua visão, os políticos eram reféns da opinião pública.

Hayek afirmou que a real proposta a qual Fisher deveria se dedicar era mais ambiciosa: alterar o clima de opinião ao redor do qual as ideias políticas emergiam e se consolidavam. Para o economista, a sociedade vivia uma batalha que só poderia ser ganha por meio de figuras caracterizadas como “negociantes indiretos” de ideias, que deveriam operar por meio de um “instituto de estudos” voltado para persuadir jornalistas e formadores de opinião acerca dos riscos do planejamento estatal (CURTIS, 2011). Nos anos seguintes, Fisher entrou em contato com a ideia americana do *think tank* e traçou um plano para concretizar a ideia de Hayek. Surgia, assim, o *Institute For Economic Affairs* (IEA), fundado em 1955. Curtis (2011) observa como aquele grupo era movido por uma intenção bastante distinta de suas contrapartes norte-americanas da época, trazendo uma operação que se aproximava bastante da atividade de relações públicas. O IEA não procurava encontrar verdades científicas por meio de novos estudos – ele já possuía uma posição, e seu objetivo era vender aquele ideal para a sociedade britânica.

Mayer (2016) descreve uma situação similar nos Estados Unidos, explorando a crescente frustração de um grupo de bilionários com tendências libertárias na década de 1960. Esses indivíduos se depararam com um cenário no qual seus esforços para avançar uma agenda centrada no livre mercado fracassavam sucessivamente. A principal forma de atuação política dessa elite econômica era, até então, o financiamento de campanhas, mas os resultados desses investimentos eram nebulosos, com candidatos derrotados nos pleitos ou, mesmo com vitórias, sem forças para executarem as mudanças necessárias.

Esses bilionários sentiam que suas crenças perdiam espaço enquanto crescia o ressentimento do público com as grandes corporações e com as camadas mais ricas, acusadas de serem preocupadas apenas com seus próprios interesses e com os lucros. Se um representante dessa classe propunha corte nos impostos, era acusado de defender posições egoístas. A segunda metade da década de 1960 marcou ainda o nascimento de movimentos que ajudaram a definir a sociedade ocidental contemporânea, como o movimento

ambientalista e a luta pelos direitos dos consumidores, ambos clamando por intervenções estatais na sociedade – e gerando o *Clean Water Act* e o *Clean Air Act*, entre outros (MAYER, 2016).

Na visão dos bilionários libertários, os ideais do capitalismo estavam ameaçados. A questão, porém, era como agir naquele cenário. Uma resposta veio em 1971 por meio de um texto intitulado *Attack on the American Free Enterprise System*, escrito pelo advogado Lewis Powell – que se tornaria, no ano seguinte, juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos. No chamado “Memorando Powell”, o autor apontava para a guerra de ideias que ocorria na sociedade, observando que a única vitória possível derivava da alteração no contexto social. O seu raciocínio era análogo ao de Hayek, defendendo que não bastavam esforços para entrar na vida política ou intervir no curso de eleições: era necessária uma intervenção de longo prazo para alterar os próprios valores que sustentavam e regiam o sistema político e a sociedade dos EUA, criando climas de opinião favoráveis.

Powell (1971) propunha uma verdadeira guerrilha a partir da qual os conservadores e libertários poderiam capturar a opinião pública, e sua convocação energizou aqueles bilionários. Para o autor, era necessário construir instituições aparentemente neutras capazes de iniciar um processo de alteração dos valores sociais, aproximando as ideias do livre mercado do *mainstream* político. Uma questão, porém, permanecia aberta: qual seria a forma capaz de viabilizar essa estratégia ambiciosa, especialmente do ponto de vista financeiro. A figura do *think tank* rapidamente emergiu como a resposta mais óbvia (MAYER, 2016), especialmente por esses institutos possuírem certa credibilidade *a priori*, se apresentando como grupos independentes e desligados de interesses privados. Eles poderiam se constituir, portanto, em centros de dispersão do pensamento libertário e conservador enquanto mantinham uma ilusão de neutralidade e cientificidade.

Mais ainda, o formato dos *think tanks* fornecia uma resposta para as preocupações monetárias, permitindo um financiamento agressivo indireto graças aos fundos de caridade dos acionistas e proprietários de grandes corporações. Praticamente todos aqueles bilionários possuíam fundações livres de impostos voltadas para a filantropia e para a promoção de causas de interesse público, e seriam justamente esses recursos que bancariam a criação daqueles institutos “neutros” que seriam dedicados à promoção de ideias libertárias – e ainda garantiriam enormes deduções nas declarações do imposto de renda. Essa era uma situação que oferecia diversas vantagens, a começar pela possibilidade de investimentos vultuosos

graças à ausência de taxas. Também de grande importância era o escudo fornecido por essa forma de financiamento, que, ao ocultar as corporações envolvidas, diminuía a possibilidade de que aqueles *think tanks* fossem encarados como entidades corrompidas, desprovidas de independência e que atuavam na defesa de interesses privados.

A década de 1970 foi palco, assim, da criação de um amplo número de TTLC, incluindo alguns que se tornariam atores de fundamental importância para o processo de mudança no contexto político ocidental. São desse período, por exemplo, a *Heritage Foundation*, que, dentre inúmeras outras doações, recebeu mais de US\$ 10 milhões de Richard Scaife nos seus dez primeiros anos, e o *Cato Institute*, financiado com US\$ 20 milhões por Charles Koch nos seus três primeiros anos de atuação (MAYER, 2016). Logo as corporações descobriram maneiras de também fazerem parte do processo, criando braços que realizavam doações que não eram, necessariamente, declaradas – após o escândalo de Watergate, que resultou na renúncia do então presidente Richard Nixon, aqueles institutos libertários passaram a ser vendidos para doadores como a forma mais segura de investir no sistema político (MAYER, 2016). O processo de formação dos TTLC ganhou ainda mais força na década seguinte, com surgimento de grupos como o *Heartland Institute*, o *Competitive Enterprise Institute* e a *Atlas Network*.

É fundamental reconhecer que o surgimento dos TTLC desafia o entendimento clássico sobre a temática e aumenta as incertezas ao redor da definição dessas organizações, em especial por eles não serem independentes. Como Brock (2003) demonstra, os financiadores de tais institutos possuem grande controle sobre suas ações, direcionando suas atividades no sentido de avançar uma agenda específica centrada na defesa de corporações contra regulamentações governamentais.

Se existem questionamentos significativos acerca da independência desses grupos, Rich (2011) observa também que a postura assumida por eles é bastante distinta do papel discreto adotado tradicionalmente por *think tanks*. Segundo o autor, os modernos institutos conservadores e libertários, ao contrário de exemplos como o *Brookings Institute* ou a *RAND Corporation*, agem de maneira agressiva na promoção de suas ideias, buscando influenciar os rumos dos debates da sociedade. Um exemplo dessa postura é a forma com que esses institutos ganham visibilidade por meio da imprensa, algo que pouco acontecia com *think tanks* em um período anterior.

Outra mudança introduzida por essas fundações diz respeito à quantidade de recursos financeiros que passam a circular nos *think tanks*. Rich (2011) aponta que, atualmente, a razão entre o número de TTLC e todos os demais *think tanks* é de 2 para 1. Os gastos desses institutos, porém, são ainda mais desproporcionais, com grupos conservadores utilizando mais de 3 dólares para cada 1 dólar empregado por outras iniciativas, incluindo aí aquelas de tendência de esquerda. Essa “inflação” amplia as dúvidas acerca da independência daquelas fundações, lançando sombras sobre sua credibilidade.

Rich (2011) conclui uma de suas explorações sobre o tema com uma afirmação categórica: que os TTCL não conseguiram, apesar de sua agressividade e vastos recursos financeiros, exercer influência substantiva no processo de formulação de políticas públicas. Para o autor, esses novos grupos não possuem a credibilidade necessária e tampouco dedicam atenção suficiente para o momento de discussão de alternativas e da construção de agenda política – historicamente as melhores situações para que um instituto altere os rumos das políticas públicas a partir de especialistas e conhecimentos científicos (RICH, 2011).

Essa observação de Rich, assim como de diversos outros autores que exploram a temática dos *think tanks*, é problemática e até mesmo ingênua, na medida em que assume como normativas as definições clássicas sobre o que seriam esses grupos, sobre como sua atuação deveria ocorrer e mesmo sobre como são formuladas as políticas públicas. Limitando os institutos ao molde de um tipo ideal, esses autores falham em considerar que os grupos libertários e conservadores sustentam uma diferença fundamental acerca de sua ação: ela não é restrita a um momento específico da formulação de políticas públicas. Não podemos ignorar o fato de que tais grupos foram criados como uma “artilharia” voltada para influenciar a opinião pública (CURTIS, 2011; PIERSON apud MAYER, 2016), como parte de uma estratégia de relações públicas – e não é sem motivo que diversas dessas organizações atuam de maneira próxima com as grandes agências internacionais da área, com a rubrica “relações públicas” concentrando a maioria dos gastos financeiros anuais milionários de grupos como o *Heartland Institute* (SILVA, 2017).

Reconhecer como os TTLC foram concebidos enquanto uma estratégia que buscava influenciar a opinião pública significa ampliar o entendimento sobre como eles atuam nas mais diversas frentes, assim como reposicionar tal fenômeno em uma interseção importante com os estudos de comunicação – estabelecendo diálogos profícuos com a comunicação política e o jornalismo. Se o desinteresse por essa temática por parte dos teóricos da

comunicação pode ser explicado, em parte, pelo próprio perfil que os *think tanks* assumiam até o final da década de 1970, desempenhando um papel discreto no processo de formulação de políticas públicas (RICH, 2004), essa não é mais uma postura possível de ser sustentada. Ao contrário, a influência exercida pelos *think tanks* ideológicos no processo de formação da opinião pública se configura, atualmente, como um tópico que carece desesperadamente de avanços, especialmente quando observamos a forma com que esses grupos ocultam os interesses econômicos que sustentam posicionamentos políticos centrais na sociedade atual – revestindo argumentos extremamente enviesados com uma aura de neutralidade e cientificidade, que é construída e reforçada pela própria interação entre esses atores e os *media*.

Para que o campo da comunicação encare de frente os questionamentos acerca desse fenômeno, porém, é preciso uma base mais refinada sobre as características básicas que marcam tais grupos. Para avançar na construção de tal entendimento, o passo seguinte do presente artigo consiste na exploração de dois documentos estratégicos que moldaram profundamente o surgimento e consolidação desse fenômeno: o Memorando Powell e o plano *The Structure of Social Change*. Tratam-se de textos que foram inicialmente escritos visando uma circulação restrita, o que explica a maneira direta com que eles expõem suas ideias. No decorrer das últimas décadas, porém, eles se tornam públicos por diversos processos – vazamentos, denúncias por parte da imprensa e a própria publicação em veículos especializados que por venturam emergiram na esfera pública – e se revelaram fontes de grande riqueza para compreender os *think tanks* ideológicos. A exploração a seguir, assim, é pautada na tentativa de entender como esses grupos foram inicialmente pensados, desvelando alguns dos princípios básicos por detrás de suas ações.

3. Memorando Powell

Quando foi nomeado para a Suprema Corte de Justiça dos Estados Unidos, em 1971, Lewis Powell era um afamado advogado que atuava na defesa de algumas das principais corporações do mundo. Foi nessa condição que o jurista escreveu o memorando confidencial *Attack on American Free Enterprise System* (POWELL, 1971). O texto partia do reconhecimento de um cenário hostil para empresários e corporações, no qual se acumulavam ataques contra as liberdades e o livre mercado. Powell estava convicto que o capitalismo

enfrentava uma crise, e que a acentuada desconfiança da população transformava as elites econômicas em inimigas públicas.

Mayer (2016) aponta que aquele documento, um manual para a criação de *think tanks* ideológicos, se alastrou rapidamente por determinados círculos, energizando o movimento conservador com propostas inéditas que o transformaram em uma verdadeira “vanguarda”. Em especial, Powell propunha que as elites deveriam abandonar o simples financiamento eleitoral, engajando-se em uma batalha pelas mentes e corações da população, com investimentos voltados para uma robusta estratégia de relações públicas visando moldar a opinião pública e conformar a ação governamental (POWELL, 1971). Apesar do texto original ser confidencial, ele se tornou público em 1972, quando o Washington Post publicou diversas colunas expressando preocupação com a objetividade do novo juiz da Suprema Corte. Após acusações que o jornal havia obtido cópias ilegais do documento, o texto do memorando foi divulgado em sua íntegra – e atualmente pode ser obtido em diversos arquivos físicos nos Estados Unidos e por meio digital na Internet.

3.1 Exploração

O Memorando Powell parte do reconhecimento do ataque contra o sistema empresarial nos Estados Unidos. Segundo Powell, as origens daqueles ataques não estavam nos comunistas, mas sim em um complexo emaranhado de ações dos *media* – “que voluntariamente conferem publicidade única para os ‘críticos’ ou, no mínimo, permitem que esses explorem os veículos dos *media* para avançar seus propósitos” (POWELL, 1971, p. 3, tradução nossa) – e das universidades. Para o jurista, os interesses de corporações eram colocados em contraposição ao interesse público, e os ataques contra as elites econômicas eram efetivos por construírem uma dualidade entre “benefícios para corporações e empresários” e o “público” (POWELL, 1971).

Identificado o problema, o autor passava a explorar possíveis soluções. De antemão, constatava que as empresas não estavam equipadas para travar essa guerra, afirmando que uma ideia inicial dos executivos seria direcionar os esforços dos departamentos de relações públicas de suas corporações para esse embate, mas que existiriam limitações significativas para o que esses profissionais poderiam fazer abertamente. O necessário, para Powell, era a adoção de estratégias de guerrilha visando salvar as ideias centrais que sustentavam o sistema capitalista.

Nesse ponto, o autor defende que uma corporação, sozinha, jamais poderia ter êxito nessa guerra, destacando dois motivos para sua afirmação. Em primeiro lugar, essa guerrilha dependeria de “organização e de planejamento cauteloso de longo prazo, que seria implementado com ações consistentes por um período indefinido de anos” (POWELL, 1971, p. 11, tradução nossa), aspectos que tornariam os custos proibitivos para empresas individuais. Além disso, empresas que agissem de maneira individual atrairiam uma grande visibilidade para si, colocando suas próprias atividades em risco e enfraquecendo suas mensagens. O fundamental, assim, era pensar em uma configuração na qual atores aparentemente independentes fossem capazes de assumir o comando dessa campanha.

Depois de sugerir o ator necessário para coordenar a contraofensiva do sistema empresarial, Powell comenta as estratégias a serem utilizadas em três esferas: os *campi* universitários, os públicos e *media*, e o sistema político. Em comum, todas deveriam partir de um discurso capaz de superar a dualidade “corporações x interesses públicos”: a ideia de liberdade. Era preciso alterar os termos do debate público, deslocando os interesses econômicos para um segundo plano e enfatizando um valor maior que fosse capaz de congrega a população dos Estados Unidos. Tal argumento deveria sustentar que “a ameaça ao sistema empresarial não é meramente uma questão financeira. Ela é, também, uma ameaça à liberdade individual” (POWELL, 1971, p. 32, tradução nossa). Trata-se, assim, de uma sustentação retórica de que a liberdade é indivisível, e que qualquer ação que ameace liberdades econômicas é pouco efetiva e um passo em direção ao autoritarismo.

Delineado esse aspecto, o autor apresenta suas ações para o campus universitário. Os *campi*, em sua visão, possuem uma grande concentração de professores de esquerda que influenciam o pensamento público – tendência que deve ser combatida. Para tanto, uma estratégia fundamental seria estabelecer uma equipe rival de “acadêmicos” e “pensadores” que acreditem no sistema capitalista e defendam as liberdades individuais. O objetivo deveria ser identificar esses nomes e colocá-los dentro da estrutura dos grupos especialistas neutros para que esses ganhem influência, disputando com a narrativa acadêmica – e mesmo inserindo esses especialistas nas estruturas de faculdades a partir de pressões e incentivos financeiros para as instituições

Em seguida, Powell afirma que as estratégias voltadas para os *media* são as mais importantes naquela guerra, retornando à ideia de uma equipe de especialistas e porta-vozes que seriam responsáveis por análises capazes de adquirirem visibilidade mediática. O jurista

acaba observando traços de um ciclo importante: esses atores são recrutados e, por terem uma credibilidade enquanto porta-vozes de um grupo neutro especializado, podem alcançar visibilidade nos *media*, o que, por sua vez, faz com que eles ganhem cada vez mais créditos de confiança por serem considerados pessoas públicas de grande relevância, conquistando credibilidade. O que aqueles grupos precisam, assim, é construir uma imagem que justifique o acionamento de seus especialistas por parte da imprensa.

É por esse motivo que Powell defende o recrutamento de sujeitos que entendam as dinâmicas dos *media* e que sejam capazes de formular ações com alto impacto mediático. O próprio jurista nota uma possibilidade estratégica: fazer pressão para que veículos ofereçam tempos iguais para todos os lados de uma controvérsia, usando o *ethos* da imparcialidade jornalística. Assim, se uma reportagem apresentar falas contrárias aos interesses libertários, os grupos especializados neutros devem demandar oportunidades iguais para que seus próprios porta-vozes exponham outros pontos de vista, ocultando, porém, o fato deles serem contratados para defender tal posição. Assim, é preciso um constante processo de vigilância sobre o que é noticiado, procurando encontrar espaços propícios. O autor também salienta a importância de um fluxo constante de produção de colunas de opinião e editoriais para revistas e jornais impressos, assim como a publicação e distribuição de livros e relatórios.

Por fim, o terceiro ponto é a arena política, com o memorando apontando que o investimento em uma mudança gradual da opinião pública deveria ser complementado com ações políticas diretas e agressivas em momentos de crise. Isso significaria um novo entrave para a atuação individual de corporações, que não querem ser associadas com esse tipo de ação aguerrida – reforçando a necessidade de organizações intermediárias “independentes” que ocultassem as corporações e protegessem seus donos de eventuais pressões públicas. O autor, porém, não se aprofunda no tópico, encerrando em seguida seu texto.

As ideias de Powell se tornaram uma orientação inicial para os *think tanks* ideológicos. São esses grupos que emergiram para conduzir aquela batalha ideológica, permitindo que as corporações exercessem influência sobre a opinião pública de uma maneira indireta (e, em grande parte, oculta). Também cabe destacar a ideia da defesa de liberdade como uma forma estratégica de retirar importância para as disputas econômicas, e a ênfase nos *media* como *locus* de atuação, pontos que se tornaram centrais nos *think tanks* libertários (MAYER, 2016).

4. *The Structure of Social Change*

Diferentemente do Memorando Powell, que consistia em uma proclamação geral para conservadores, o *Structure* consiste em um planejamento de nível político que busca balizar as ações de um ator específico: a Koch Industries. Sua relevância advém do papel central que os irmãos Charles e David Koch possuem no movimento libertário global, especialmente pelo que Mayer (2010; 2016) nomeia “Kochtopus”: um emaranhado de *think tanks* e grupos criados para interferir nos rumos dos debates sobre questões locais, nacionais e globais – um trocadilho do nome daquela família com a palavra *octopus* (polvo), fazendo referência ao grupos financiados, muitos deles de maneiras ocultas, pelos vários braços da fortuna Koch.

É essa rede que o texto assinado por Richard Fink, na década de 1980, aborda. O envolvimento de Fink com Charles Koch começou no final da década de 1970, quando o então doutorando em economia procurou o bilionário do setor de petróleo para estabelecer um programa universitário de estudo da Escola Austríaca de Economia. Nas décadas seguintes, o relacionamento entre os Kochs e Fink se tornou mais próximo, com assumindo cargos importantes dentro de várias empresas dos irmãos – inclusive como Presidente das duas principais fundações que controlam o investimento financeiro dos Koch. A trajetória ascendente de Fink na hierarquia Koch foi impulsionada quando o economista concebeu *The Structure of Social Change*, que defendia que a manufatura de mudanças políticas deveria ser abordada como um produto.

As ideias de Fink foram prontamente adotadas pelos Koch e acabaram se consolidando como guia de investimentos (MAYER, 2016). O texto, porém, permaneceu confidencial até 1996, ano em que Fink publicou uma versão daquele documento na *Philanthropy Magazine*, com o título de *From Ideas to Action: The Role of Universities, Think Tanks and Activist Groups*. Em 2012, o próprio economista postou, no *site LibertyGuide*, o conteúdo do documento original (FINK, 2012).

4.1 Exploração

O documento aborda a questão sobre quais investimentos financeiros possuem maior capacidade de difundir os ideais libertários. O problema no qual Fink se debruçava partia de uma visão de mundo pós-Memorando de Powell, no qual dezenas de *think tanks* ideológicos haviam sido criados a partir das diretrizes do jurista. O próprio Charles Koch havia fundado,

em 1977, o *Cato Institute*, um *think tank* voltado para a disseminação de soluções baseadas no princípio da liberdade individual, e financiava dezenas de outros grupos semelhantes.

Muitas incertezas, porém, pairavam sobre esses institutos, com questionamentos acerca dos seus métodos e resultados. É a partir dessas preocupações que Fink organiza sua reflexão, centrando-a em três dimensões estratégicas: as universidades, os grupos configurados para influenciar os rumos do debate público (devidamente nomeados como *think tanks*) e as tentativas de ação política direta.

Fink avalia essas dimensões, identificando suas forças e fraquezas. No que tange às universidades, observa que é naquele ambiente que as ideias mais credíveis são desenvolvidas, sendo importante inserir os valores libertários naqueles círculos. Porém, o autor observa que o investimento de uma corporação no mundo acadêmico inevitavelmente originará resultados intangíveis e de longo prazo. Outro problema no investimento diz respeito ao fato de que muitas universidades e pesquisadores vivem em mundos próprios, tecendo teorizações com pouco impacto social imediato. Em suma, ao mesmo tempo em que as noções advindas da academia possuem maior credibilidade, seu impacto imediato é baixo.

Os *think tanks* ideológicos, por outro lado, foram desenvolvidos para superar esses problemas, pautando sua atuação não na promoção de debates entre especialistas, mas em tentativas de difundir ideias de forma ampla a partir dos *media*. Não sem razão, observa Fink, grande parte dos “*think tanks* avaliam seus sucessos em termos de vitórias de relações públicas mensuradas pela cobertura mediática” (FINK, 2012, p. 1, tradução nossa). Esses grupos, porém, enfrentam entraves derivados do número atores que competem pelos mesmos canais de influência. Além disso, seus especialistas recrutados acabavam por produzir documentos que eram pouco lidos.

Por fim, o economista abordava as iniciativas políticas de ação direta – movimentos com características locais, que lutavam de forma agressiva ao redor de propostas que impactavam de forma imediata os cidadãos. Esses grupos, em sua visão, combatiam nas trincheiras da luta política cotidiana, e por isso suas ações produziam resultados tangíveis. Ao mesmo tempo, porém, eles estavam distantes das discussões mais amplas, possuindo uma atuação restrita, fragmentada, agressiva, incontrolável e, muitas vezes, pouco fundamentada. Nesse ponto, muitas corporações se afastavam desses grupos, optando por investir em iniciativas com alcance mais amplo e nas quais era possível exercer maior controle.

É a partir desse quadro inicial que Fink apresenta sua tese, afirmando que

cada tipo de instituição possui forças e fraquezas. O mais importante, porém, é que enxergamos que instituições em todos esses níveis são cruciais para o sucesso. Apesar delas acabarem competindo entre si por financiamento, e muitas vezes menosprezando as atividades de suas adversárias, nós as consideramos como instituições complementares, cada uma fundamental para a transformação social (FINK, 2012, p. 2, tradução nossa).

Para embasar tal posicionamento, Fink recorre ao modelo de produção de Hayek. Deixando em segundo plano a discussão econômica desenvolvida por Fink, podemos resumir seu argumento na noção de que existe uma estrutura das mudanças sociais, composta de três estágios. No primeiro são produzidos os materiais brutos que possuem o potencial para ocasionar transformações. No segundo, é preciso converter esses materiais em produtos que possuem valor maior, investindo em novas roupagens e em sua distribuição. Por fim, é preciso utilizar aqueles produtos – e cada uma dessas etapas corresponde à função de um dos tipos de instituição que o autor havia mencionado anteriormente.

Em síntese, o que Fink propõe é a necessidade da criação de redes capazes de exercer mudanças sociais, lutar contra regulamentações e difundir os ideais libertários. Assim, não bastaria investir em universidades visando mudar a opinião pública. Ao contrário, os centros acadêmicos deviam ser entendidos como produtores de materiais brutos. Essa produção, porém, estará, muitas vezes, alheia aos problemas dos sujeitos e exposta em termos incompreensíveis, motivo pelo qual se torna necessário financiar um conjunto de *think tanks* capaz de moldar essas ideias, transformando-as em noções tangíveis. Esses grupos devem atuar como articuladores do produto da academia, criando novos enquadramentos propícios para obter visibilidade mediática e influenciarem os rumos dos debates públicos.

É no terceiro estágio que Fink destaca a importância de um ativismo cidadão, ainda que artificial, para implementar mudanças. Segundo o jurista, “grupos de ativismo cidadão ou de implementação são necessários, em última medida, para que ocorra a apropriação das ideias originadas dos *think tanks*, que devem ser traduzidas em seguida para que os cidadãos as compreendam e ajam a partir delas” (FINK, 2012, p. 3, tradução nossa). É preciso, assim, munir esses grupos de noções advindas dos *think tanks* para aumentar sua credibilidade e capacidade de ação.

Cada uma daquelas três dimensões seria, assim, capaz de conferir um tipo de crédito diferenciado (e complementar) para a defesa corporativa: créditos acadêmicos, créditos midiáticos e de especialistas independentes, créditos de cidadãos “ordinários”. O modelo ideal de investimento deveria contemplar apoios financeiros para todos os três tipos de instituições.

As diretrizes formuladas por Fink foram materializadas nos anos seguintes pelos Koch. Enquanto as primeiras dimensões já eram contempladas, com investimentos em universidades e em *think tanks* libertários, era necessário focar recursos no terceiro estágio, motivo pelo qual Fink e os Koch criaram, em 1984, o grupo *Citizens for a Sound Economy* (CSE). Aquela iniciativa consistia em uma tentativa de manufaturar um grupo cidadão, e consistia na mais nova arma no arsenal de Koch: um falso movimento popular fabricado por interesses corporativos (MAYER, 2016), consistindo em um caso importante de *astroturfing* (SILVA, 2015). Desde então, as fundações Koch investiram no financiamento e treinamento de diversas iniciativas similares de ação política direta.

Em última análise, as considerações de Fink revelam algumas das lógicas centrais que pautam os esforços de *think tanks* libertários, ampliando a compreensão sobre a configuração no formato de redes que esses assumem e desvelando estratégias acerca da manufatura de grupos cidadãos como forma de complementar a atuação daquelas iniciativas.

5. Considerações Finais

Concluído o percurso, é possível retornar aos questionamentos iniciais acerca do papel dos *think tanks* ideológicos na sociedade contemporânea e nos estudos de comunicação de posse de um entendimento mais concreto acerca desses grupos. Observou-se, assim, a insuficiência de uma definição tradicional de *think tanks* para lidar com essas organizações, especialmente pelo perfil público que elas adotam. Os *think tanks* ideológicos devem, assim, ser problematizados a partir de seu enfoque midiático, sendo fundamental lançar olhares para as formas de atuação desses grupos que visam influenciar os processos de formação da opinião. Em especial, tais instituições ganham relevância no contexto democrático por promoverem um apagamento das origens de determinadas falas – elas revestem as ideias de uma elite econômica com uma roupagem de cientificidade e independência, tornando difícil a compreensão sobre os interesses privados por detrás de tais posicionamentos.

O aspecto central que deve ser considerado acerca dos *think tanks* ideológicos, assim, é sua natureza estratégica. Trata-se de uma apropriação da noção de *think tanks*, utilizando a forma institucional desses grupos considerados como especializados e independentes para promover posicionamentos políticos ideológicos. Como Ansted e Chadwick (2018) observam, os *think tanks* são recorrentemente acionados pelos agentes mediáticos, inclusive nas redes digitais, enquanto vozes especializadas isentas, o que permite que eles ocupem uma posição de “definidores primários” de debates público correntes – o que é utilizado, pela modalidade ideológica, para o avanço de agendas políticas. São fundamentais, assim, esforços que problematizem como os grupos ideológicos são abordados e interagem com os *media*, observando, entre outros aspectos, como a visibilidade mediática reforça a credibilidade desses atores.

Mais ainda, a exploração realizada no presente artigo permite observar alguns aspectos da atuação desses grupos, especialmente sua constituição ao redor de redes. É possível entender como os *think tanks* ideológicos atuam em *redes estrategicamente constituídas a partir de grupos e iniciativas com desenhos institucionais distintos*, articulados para conferir créditos de confiança complementares para as ideias defendidas por corporações e grupos libertários. Destaca-se, nesse ponto, o raciocínio de Fink (2012) sobre como essas redes deveriam trazer *instituições de caráter acadêmico*, que revestiriam determinadas ideias com um crédito de cientificidade; *think tanks ideológicos*, que usariam sua aparência de neutralidade para reforçar e reformatar essas noções, promovendo-as por meio de esforços de relações públicas centrados em especialistas recrutados e em estratégias de relacionamento com os *media*, além de contarem com financiamento vultuoso para capitanear essas redes e distribuírem recursos monetários; e *grupos de ação política direta*, que seriam financiados visando a apropriação dessas perspectivas para a realidade cotidiana dos sujeitos, o que faria com que elas ganhassem uma roupagem distinta enquanto foco do interesse de grupos de cidadãos mobilizados.

Essa diversidade institucional é importante não apenas pela lógica de complementariedade descrita por Fink, mas também para atuar como um mecanismo de defesa – uma rede descentralizada composta por inúmeros nódulos dificulta a visualização dos rastros deixados pelos recursos financeiros de corporações e fundações, minimizando o impacto de denúncias e potencializando o apagamento dos interesses privados. A questão financeira, assim, emerge como um aspecto de grande importância para o funcionamento

desses grupos e para reflexões acerca dos mesmos – em especial por serem o principal elo capaz de apontar para os interesses privados. Porém, novas formas de financiamento, cada vez mais nebulosas, estão sendo praticadas por tais grupos, como é o caso do *dark money* oriundo do *Donors Trust* (MAYER, 2016), uma modalidade de financiamento contemporânea que permite o completo apagamento das digitais deixadas por corporações e bilionários libertários no dinheiro que sustenta essa rede.

Surgiram, também, instituições focadas em fomentar o fortalecimento e a atuação dessas redes. É o caso da *Atlas Network*, uma iniciativa criada em 1981 por Antony Fisher e concebida para ser um nóculo central de sustentação da rede de grupos libertários, atuando no sentido de conectar iniciativas, promover a troca de experiências e incentivar o surgimento e desenvolvimento de *think tanks* ideológicos nas mais diversas regiões do planeta – inclusive repassando recursos monetários para grupos da América Latina, Oceania e Ásia. Atualmente a *Atlas Network* conta com mais de 400 associados, e seu financiamento ocorre por meio de nomes como as fundações Koch e Scaiffe, e o *dark money* da *Donors Trust*³.

São organizações como a *Atlas* que nos permitem observar alguns dos braços formais dessa rede de *think tanks* ideológicos no Brasil. A *Atlas* tem focado no país nos últimos anos, conferindo financiamento, materiais, treinamento e suporte tanto para *think tanks* ideológicos, como o *Instituto Millenium* e o *Instituto Mises*, quanto para grupos de ação política direta, no caso do *Movimento Brasil Livre* e do *Estudantes pela Liberdade* (FANG, 2017). Fang (2017) aponta também para rastros dessa atuação em outros países da América Latina, como a Argentina, em que *think tanks* como a *Pensar* e a *Cadal* ganham força e importam ideias que há décadas circulam no interior da rede libertária, como índices de liberdade econômica formulados pela *Heritage Foundation*.

O raciocínio proposto por Fink aponta, assim, para a existência de uma lógica circular de construção de credibilidade no interior dessa rede, o que contribuiria para a força dos posicionamentos defendidos. Essa é uma pista importante que pode pautar pesquisas voltadas tanto para compreender como os *think tanks* nacionais reenquadram informações sobre o livre mercado quanto para explorar a forma e o grau com que os grupos de ação direta como o MBL remetem e se apropriam dos conteúdos dos *think tanks* ideológicos para justificar suas ações. Ao final, a organização dos *think tanks* ideológicos em rede tanto abre

³ Disponível em: <<https://www.desmogblog.com/atlas-economic-research-foundation>>. Acesso em 11 nov. 2017.

possibilidades de investigação – no sentido do mapeamento de seus integrantes e ações, assim como na busca pela reconstituição dos nódulos e interações da rede – como também constitui entraves que dificultam significativamente a descoberta dos interesses privados que motivam aquelas ações.

O mais importante, por fim, é entender que a postura central que o estudo desse fenômeno pelo campo da comunicação deve adotar é o abandono de um discurso ingênuo que equivale fundações ideológicas com instituições independentes de especialistas. A investigação sobre o impacto desses grupos na formação da opinião contemporânea requer reconhecer e desvelar como eles operam enquanto estratégias de relações públicas voltadas para ocultar interesses privados e obter cobertura mediática como atores isentos e capacitados para emitir opiniões “neutras” e científicas.

Referências

- ANSTEAD, N.; CHADWICK, A. A primary definer online: the construction and propagation of a think tank's authority on social media. **Media, Culture & Society**, v. 40, n. 2, p. 246-266, 2018.
- BROCK, D. **Blinded by the Right: The conscience of an ex-conservative**. New York: Broadway Books, 2003.
- CURTIS, A. The Curse of Tina. **BBC**, 13 set. 2011. <<http://www.bbc.co.uk/blogs/adamcurtis/entries/fdb484c8-99a1-32a3-83be-20108374b985>>. Acesso em 31 jan. 2018.
- DENHAM, A.; GARNETT, M. **British Think Tanks and the Climate of Opinion**. London: UCL Press, 1998.
- FANG, L. Sphere of influence: How American libertarians are remaking Latin American politics. **The Intercept**, 09 ago. 2017. <<https://theintercept.com/2017/08/09/atlas-network-alejandro-chafuen-libertarian-think-tank-latin-america-brazil/>>. Acesso em 31 jan. 2018.
- FINK, R. The Structure of social change. **Liberty Guide**, 18 out. 2012. <<http://docplayer.net/48998375-1-the-structure-of-social-change.html>>. 31 jan. 2018.
- MAYER, J. **Dark Money: The hidden history of the billionaires behind the rise of the radical right**. New York: Doubleday, 2016.
- MCGANN, J. 2015 Global Go To Think Tank Index Report. In: **TTCSP Global Go To Think Tank Index Reports**. Paper 10. 2016. <http://repository.upenn.edu/think_tanks/10>. 31 jan. 2018.
- MEDVETZ, T. **Think tanks as an emergent field**. New York: The Social Science Research Council, 2008.
- POWELL, L. **Attack on American Free Enterprise System**. U.S. Chamber of Commerce, 23 ago. 1971. <<http://law2.wlu.edu/deptimages/Powell%20Archives/PowellMemorandumPrinted.pdf>>. Acesso em 31 jan. 2018.
- RICH, A. **Think Tanks, Public Policy, and the Politics of Expertise**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- RICH, A. U.S. Think Tanks and the Intersection of Ideology, Advocacy, and Influence. **NIRA Review**. V. 8, n. 1, p. 54-59. 2011.
- SILVA, D. **Astrourfing: Lógicas e dinâmicas de manifestações de públicos simulados**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2015.

SILVA, D. Relações Públicas, ciência e opinião: lógicas de influência na produção de (in)certezas. Tese (Doutorado em Comunicação Social). **Universidade Federal de Minas Gerais**, 2017.

SMITH, J. **The Idea Brokers: Think tanks and the rise of the new policy elite**. New York: The Free Press, 1991.

WEAVER, K. The changing world of think-tanks. **PS: Political Science and Politics**. V. 22, n. 3, p. 563-578. 1989.